



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Balanço Patrimonial	3
Demonstração de Resultado do Exercício	4
Demonstrações de Resultados Abrangentes	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

ATIVOS	Nota	Empresa Pública		Autarquia	
		31.12.2014	Saldo Inicial Ajustado 16.09.2014	16.09.2014	31.12.2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	595.596.930	639.614.070 ¹	633.041.805	627.151.553
Contas a receber de clientes	6	115.894.151	132.191.660 ²		
Estoques		1.317.699	755.394	755.394	734.656
Despesas antecipadas		36.407			
Outros créditos			90.000	90.000	90.000
Total do ativo circulante		712.845.187	772.651.124	633.887.198	627.976.208
Depósitos judiciais	7	12.808.944	975.486	975.486	
Clientes LP - depósitos judiciais	8	3.422.736			
Investimentos		9.465	9.465 ³	81	81
Imobilizado	9	278.945.882	142.956.908 ³	142.686.298	132.101.871
Intangível		1.684.617			
Total do ativo não circulante		296.871.645	143.941.860	143.661.865	132.101.951
TOTAL DO ATIVO		1.009.716.832	916.592.983	777.549.063	760.078.160

¹ Diferença de R\$ 6.572.265 proveniente do reconhecimento das contas correntes referente aos fundos de depreciação e fundo de compensação.

² Valor de outros direitos - constante nas demonstrações da Autarquia na conta de compensação/controle.

³ Diferença de R\$ 279.995 referente ao reconhecimento dos bens adquiridos com recursos dos fundos de compensação.

Nos três casos acima, contavam nos demonstrativos da Autarquia em conta específica de compensação/controle.

PASSIVOS	Nota	Empresa Pública		Autarquia	
		31.12.2014	Saldo Inicial Ajustado 16.09.2014	16.09.2014	31.12.2013
Obrigações sociais e trabalhistas	10	4.204.038	96.547	96.547	
Obrigações fiscais e tributárias	11	5.899.621			
Fornecedores		1.354.931	- ¹	149.978.650	96.354.321
Créditos de clientes - caução	12	3.173.833	2.283.890	2.283.890	
Total do passivo circulante		14.632.423	2.380.438	152.359.088	96.354.321
Provisão processos trabalhistas		9.950.674	-	-	-
Total do passivo não circulante		9.950.674	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13	1.000.000.000	914.212.546		
Lucros (Prejuízos) acumulados				663.723.838,99	663.723.838,99
Lucros (Prejuízos) do exercício		(14.866.265)	-	(38.533.864)	
Total do patrimônio líquido		985.133.735	914.212.546²	625.189.975	663.723.839
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.009.716.832	916.592.983	777.549.063	760.078.160

¹ Referente estorno dos empenhos (encerramento balanço Autarquia).

² Diferença proveniente do reconhecimento dos valores constantes em contas de compensação/controle na Autarquia, conforme composição abaixo:

Fundos de depreciação e de compensação:	6.572.265
Débitos pendentes - receitas faturadas:	132.191.660
Bens - fundo de compensação:	279.995
	139.043.920 a
Estorno de empenhos Autarquia:	149.978.650
Total	289.022.570 (a+b)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Demonstração de Resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	Nota	2014		
		17/09 a 31/12	01/01 a 16/09 Ajustado	01/01 a 16/09
Receita operacional	14	62.632.733	158.578.099	158.578.099
Taxas e tarifas		52.034.459	98.219.657	98.219.657
Receita patrimonial		10.598.274	60.358.441	60.358.441
Deduções das receitas		(21.289.321)	-	-
Pis e Cofins		(5.793.528)		
Cancelamentos		(15.495.793)		
Receita líquida		41.343.412	158.578.099	158.578.099
Custos	15	(49.888.915)	(25.650.227)	(175.628.877)
Resultado operacional		(8.545.503)	132.927.872	(17.050.778)
Despesas gerais e administrativas	16	(26.735.405)	(107.255.313)	(107.255.313)
Outras receitas		13.018	3.908.782	3.908.782
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		(35.267.890)	29.581.342	(120.397.309)
Receitas financeiras		20.403.450	40.117.981	40.117.981
Despesas financeiras		(1.826)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17	20.401.624	40.117.981	40.117.981
Resultado antes dos impostos		(14.866.265)	69.699.322	(80.279.328)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		(14.866.265)	69.699.322	(80.279.328)

Complementação referente período da Autarquia (01 de janeiro a 16 de setembro de 2014)

Variações Ativas e Passivas			
Transferência de capital		632.652	632.652
Mutações patrimoniais - aquisições		3.356.549	3.356.549
Incorporação bens e valores		9.260.002	9.260.002
Cancelamentos de dívidas passivas		30.696.392	30.696.392
Desincorporação bens e valores		(2.011.386)	(2.011.386)
Variações passivas diversas		(188.744)	(188.744)
Superavit		111.444.787	(38.533.864)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Demonstração de Resultado Abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	2014
Resultado do exercício	(14.866.265)
Resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	(14.866.265)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial (reclassificado)	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 16 de setembro de 2014	914.212.546	-	-	914.212.546
Integralização saldo patrimonial autarquia*	4.877.816			4.877.816
Integralização terrenos APPA**	167.353.500			167.353.500
Capital a integralizar	(86.443.861)			(86.443.861)
Lucro do exercício			(14.866.265)	(14.866.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.000.000.000	-	(14.866.265)	985.133.735

*Valor da autarquia reconhecido apenas no dia 17 de setembro de 2014;

**Valor referente o reconhecimento contábil dos terrenos de uso próprio da APPA.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro/Prejuízo do exercício	(14.866.265)
Ajustes para:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-
Depreciação e amortização	-
Diminuição (aumento) nos ativos	
Contas a receber de clientes	16.297.509
Títulos a receber	90.000
Estoques	(562.305)
Impostos a recuperar	-
Adiantamentos a fornecedores	-
Despesas antecipadas	(36.407)
Depósitos judiciais	(15.256.193)
Aumento (diminuição) nos passivos:	
Fornecedores	1.354.931
Obrigações fiscais	5.899.621
Obrigações sociais e trabalhistas	4.107.491
Cientes caucionados	889.943
Provisão processos trabalhistas	9.950.674
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	7.868.997
Adições ao imobilizado e intangível	(56.763.953)
Fluxo de caixa aplicados das atividades de investimentos	(56.763.953)
Saldo da Autarquia integralizado ao capital da empresa pública em 17/09/2014	4.877.816
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento	4.877.816
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(44.017.140)
Caixa e equivalentes de caixa em 17 de setembro de 2014	639.614.070
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2014	595.596.930

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto Legal

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA (doravante APPA), empresa pública do Estado do Paraná, criada nos termos da Lei Estadual nº 17.895, de 27 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 11.562, de 03 de julho de 2014, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, tendo por único acionista o Estado do Paraná e como objeto principal a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, cumprindo as competências estatuídas no Convênio de Delegação nº 37/2001, firmado entre a União e o Estado do Paraná, e Lei nº 12.815/2013.

Como autoridade portuária, a APPA exerce serviço público por essência, estando sujeita ao cumprimento das regras de Direito Público e Privado.

Dentro desse contexto, como Administração Pública, a APPA desempenha papel fundamental na economia do Paraná, razão de sua existência, disponibilizando aos seus usuários infraestrutura necessária à operação de importação e exportação através dos portos do Paraná.

A APPA, com o objetivo de atender exigências legais, poderá desenvolver atividades afins, conexas ou acessórias, bem como administrar outras estruturas de vias navegáveis mediante regular autorização.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação a Lei nº 6.404/76 e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras individuais da Empresa preparadas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração na 8ª reunião ordinária realizada em 28 de abril de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram elaboradas em números inteiros, eliminando apenas os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A Empresa realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro serão divulgadas abaixo.

Julgamentos

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Estimativas e premissas

Vidas úteis de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis serão amortizados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Empresa determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa futuros. A esse respeito, as estimativas do valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

Processos legais

De acordo com os CPCs, a APPA reconhecerá provisão quando existir uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Empresa. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exigirá que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

A Empresa vem adotando o procedimento de revisar as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Empresa sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto

prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta;

Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas e comparativos são as seguintes:

Edifícios	25 - 50 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Tecnologia, processamento de dados e telefonia	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual estão sendo revisadas e serão adotadas a partir do exercício de 2015.

c. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja

exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

e. Receita operacional

Serviços

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

g. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

ii. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

iii. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

5 Caixa e equivalentes de caixa

5.1 Contas Movimento

	<u>31.12.2014</u>	<u>17.09.2014</u>
Banco do Brasil S.A.	9.371.307	7.002.274
Caixa Econômica Federal	49.685	6.394
Itaú Unibanco		201
	<u>9.420.991</u>	<u>7.008.868</u>

5.2 Aplicações Financeiras

	<u>31.12.2014</u>	<u>17.09.2014</u>
Banco do Brasil S.A. (a)	476.640.495	539.198.338
Caixa Econômica Federal (b)	109.535.444	93.380.370
	<u>586.175.939</u>	<u>632.578.708</u>

Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>595.596.930</u>	<u>639.587.576</u>
---	---------------------------	---------------------------

- (a) Valores aplicados em fundos exclusivo de investimentos com remuneração média de 10,98% a.a.
- (b) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB, poupança e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexadas pela variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiro – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 9,63%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possui uma remuneração média de 10,85% a.a.

6 Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31.12.2014</u>	<u>16.09.2014</u>
A vencer	4.248.486	6.081.785
Vencidos de 01 até 30 dias	2.193.572	1.566.907
Vencidos de 31 até 180 dias	6.651.994	8.120.721
Vencidos há mais de 181 dias (a)	106.222.836	116.422.247
Clientes (LP) - Processo 1749/07 (*)	(3.422.736)	
Total contas a receber de clientes (CP)	<u>115.894.151</u>	<u>132.191.660</u>

- (a) Valor referente aos recebíveis que por algum motivo foram questionados pelo cliente e não foram liquidados. Um dos casos é bem representativo, pois tratasse da ação judicial que o SINDOP ingressou contra o aumento tarifário de 2008, realizado pela APPA, o qual antes mesmo da tabela vigorar, foi proferida Decisão Liminar, determinando que os valores referente ao aumento da tarifa seja depositado em juízo. Desta forma a APPA emite em separado as faturas referente ao acréscimo das tarifas, e assim que o cliente faz o recolhimento dos valores em juízo e apresentam à APPA cópias dos respectivos recolhimentos, as faturas são classificadas como “faturas reclamadas”.

(*) Desde a transformação da APPA em empresa pública, as faturas citadas na nota acima, são baixadas na contabilidade da conta de “Clientes a receber”, para conta de “Clientes a Longo Prazo – Processo 1749/2007”, na ocasião do depósito judicial por parte do cliente, e devidamente comprovado perante a apresentação dos respectivos comprovantes.

7 Depósitos judiciais

	<u>31.12.2014</u>	<u>16.09.2014</u>
Trabalhistas (a)	9.950.674	975.486
Pis e Cofins não cumulativos (b)	2.858.270	
	<u>12.808.944</u>	<u>975.486</u>

- (a) Valores referentes a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento sem transitado e julgado da ação, bem como depósitos judiciais para garantia do juízo em ações transitadas em julgados, em fase de liquidação.
- (b) Em novembro de 2014 a APPA ajuizou ação declaratória em face da União, por intermédio da Procuradoria da Fazenda Nacional, buscando o reconhecimento da imunidade tributária recíproca da APPA, e que, seja autorizado, nos termos do art. 151, inciso II, do Código Tributário Nacional - CTN, para fins de suspensão de exigibilidade, o depósito judicial mensal dos impostos vincendos, relativos aos tributos e contribuições de competência da União. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida Decisão Liminar autorizando a APPA efetuar depósitos judiciais dos impostos

8 Clientes LP

Os valores registrados na conta de longo prazo referem-se as faturas recolhidas pelo cliente em juízo, referentes as tarifas que estão sendo discutidas judicialmente através do processo nº. 1749/2007, em tramite perante a vara da Fazenda Pública da Comarca de Paranaguá, **conforme detalhado na nota nº 6**. O Saldo apresentado nesta conta são referentes aos valores recebidos em juízo entre o período de 17 de setembro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

	<u>31.12.2014</u>	<u>16.09.2014</u>
Clientes (Processo 1749/07)	3.422.736	-

9 Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Informática e tecnologia	Veículos	Dragagem canal de acesso	Outros bens Fundo de Compensação	Bens em construção	Total
Imobilizado									
Saldo em 17 de setembro de 2014	78.223.968	13.037.872	2.902.126	9.114.055	5.637.737	0	10.195.687	23.845.462	142.956.908
Adições	2.651.009	16.122.439	926			5.353.479		30.951.482	55.079.336
Ajuste contábil	80.909.639								80.909.639
Saldo em 31 de dezembro de 2014	161.784.616	29.160.311	2.903.052	9.114.055	5.637.737	5.353.479	10.195.687	54.796.943	278.945.882
Depreciação e perdas no valor recuperável									
Saldo em 17 de setembro de 2014									
Depreciação no período									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2014	161.784.616	29.160.311	2.903.052	9.114.055	5.637.737	5.353.479	10.195.687	54.796.943	278.945.882

A empresa Ernest & Young – EY realizou em 2014 inventário, conciliação físico-contábil e avaliação dos bens, com o objetivo de fornecer à APPA informações para controle patrimonial e contábil da empresa, seguido de posterior estudo vida útil dos bens em atendimento aos procedimentos, cujos relatórios e laudos finais encontram-se em fase de conclusão.

Com base no laudo final, a APPA fará o ajuste nas contas do grupo de imobilizado após deliberação do Conselho de Administração.

	Software	Estudos e projetos	Total
Intangível			
Saldo em 17 de setembro de 2014	-	-	-
Adições	852.020	832.598	1.684.617
Saldo em 31 de dezembro de 2014	852.020	832.598	1.684.617
Amortização			
Saldo em 17 de setembro de 2014	-	-	-
Amortização no período	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-

10 Obrigações sociais e trabalhistas

	31.12.2014	16.09.2014
Salários e consignações a pagar	502.753	96.547
FGTS a pagar	576.842	
INSS a pagar	1.633.568	
IRRF a pagar	1.490.875	
	4.204.038	96.547

Valores calculados a partir da folha de pagamento e provisionado conforme o período de apuração. O saldo existente em 31 de dezembro refere-se a folha do mês de dezembro que são pagos no mês subsequente a sua apuração.

11 Obrigações fiscais e tributárias

	<u>31.12.2014</u>	<u>16.09.2014</u>
PIS a Pagar (a)	783.263	
COFINS a Pagar (a)	3.607.755	
INSS a recolher (b)	-	
ISS a recolher (b)	251	
IRRF a recolher (b)	1.623	
PIS, COFINS e CSLL a recolher (b)	<u>1.506.730</u>	
	<u>5.899.621</u>	

- (a) Valores apurados sobre o faturamento através do regime não cumulativo do imposto, baseado no regime de apuração do lucro real.
- (b) Valores referentes a retenção na fonte sobre contratação de prestação de serviços, cuja natureza do serviço esteja sujeita a retenção na fonte, tornando a APPA sujeito passivo e solidário do imposto, conforme legislação vigente.

12 Adiantamentos de clientes - caução

Em atendimento a Ordem de Serviço nº. 237-12 para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina, inclusive utilização de água e energia elétrica, o cliente deve obrigatoriamente efetuar adiantamento dos valores referente à operação - através de caução, seguro ou fiança bancária. Os adiantamentos recebidos são devidamente registrados na contabilidade, e após o fechamento da operação, a APPA emite as faturas, as são quitadas mediante compensação dos adiantamentos recebidos.

	<u>31.12.2014</u>	<u>16.09.2014</u>
Crédito de clientes	<u>3.172.440</u>	<u>2.283.890</u>
	<u>3.172.440</u>	<u>2.283.890</u>

13 Capital social

O capital social da APPA é de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná. O capital social só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doações, bens, reservas e outros recursos, bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O capital social da APPA é composto pelo saldo patrimonial constante no balanço de encerramento da Autarquia, levantado em 16 de setembro de 2014, acrescido dos ajustes na conta de investimentos permanentes, conforme demonstrado abaixo:

Saldo patrimonial Autarquia (16/09/2014)	914.212.545
Saldo patrimonial Autarquia (17/09/2014)	4.877.816
Ajuste contábil na conta de imobilizado (*)	80.909.639
	<hr/>
	1.000.000.000
	<hr/> <hr/>

(*) Refere-se ao valor líquido contabilizado na conta de terrenos, baseado no relatório de inventário realizado pela empresa Ernst & Young.

14 Receita Operacional

A receita operacional da APPA é reconhecida no resultado em virtude da sua respectiva prestação de serviço e está relacionada, principalmente, a disponibilização do cais e canal de acesso, arrendamentos de área, disponibilização de armazéns e demais serviços acessórios portuários.

As operações referem-se, principalmente, a disponibilização da infraestrutura aos operadores portuários, no qual a APPA cobra as tarifas de INFRAMAR, INFRACAIS e INFRAPORT, e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e é cobrada do arrendatário conforme estipulado em contrato. Basicamente, a tarifa de arrendamento é calculada sobre o m² e volume movimentado/mês.

As tarifas de armazenagem está relacionada a disponibilização de armazém e são reconhecidas no resultado no momento da retirada da mercadoria.

As demais receitas operacionais são reconhecidas no resultado no fechamento de cada navio.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS		31.12.2014
Receitas com taxas e tarifas		
INFRAPORT		13.775.546
INFRACAIS		1.800.279
INFRAMAR		23.195.981
Serviços de apoio		1.930.652
Serviços acessórios		10.180.370
Armazenagem		898.082
Outras receitas		253.548
Receita patrimonial		
Arrendamento		10.598.274
(-) Descontos e cancelamentos (a)		(15.495.793)
(-) Impostos sobre vendas (b)		(5.793.528)
Receita líquida		41.343.412

- (a) Valor referente as faturas que foram emitidas indevidamente pelas gestões anteriores da APPA contra a empresa Terminais Portuários da Ponta do Félix - TPPF, realizando cobrança das tarifas INFRACAIS e INFRAPORT, bem como multa pelo não cumprimento de movimentação mínima anual estabelecidas em contrato.

Em 2012, após revisão dos processos deste faturamento, verificou-se que as tarifas cobradas eram indevidas, considerando que o TPPF é quem realiza diretamente a manutenção do cais (serviço remunerado pela tarifa INFRACAIS, quando a APPA é responsável) e a manutenção de infraestrutura terrestre (serviço remunerado pela tarifa INFRAPORT, quando a APPA é responsável), portanto não haveria motivo para tais cobranças.

Quanto as multas aplicadas pela APPA, nos anos de 2008 e 2009, referente ao não cumprimento das movimentações mínimas, se deram por externalidades ao contrato de arrendamento, e da mesma forma, a ANTAQ entendeu pela não aplicabilidade, o que resultou também no cancelamento.

Todo o processo, anteriormente ao estorno das faturas, foi submetido a prévia autorização da ANTAQ, que editou a Resolução nº 3.689/14.

- (b) Embora tenha ajuizado Ação Declaratória em face da União - Fazenda Nacional, buscando o reconhecimento da imunidade tributária, a APPA, por uma questão de gestão e prudência, vem mensalmente calculando os tributos incidentes sobre o faturamento, o que não descaracteriza a imunidade pleiteada. Desta forma, além de apurados, os tributos (Pis e Cofins) estão sendo provisionados mensalmente na contabilidade e depositados em juízo, com base na liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

15 Custos

Resumo dos custos	31.12.2014
Pessoal, encargos e custos assistenciais	40.489.887
Materiais e serviços p/ operações	34.488
Materiais para manutenção	863.104
Serviços para manutenção e reparos	4.562.302
Serviços especializados	565.731
Utilidade e serviços	3.351.404
Seguros	22.000
Total dos Custos	49.888.915

16 Despesas gerais e administrativas

Resumo dos custos	31.12.2014
Pessoal, encargos e custos assistenciais	40.489.887
Materiais e serviços p/ operações	34.488
Materiais para manutenção	863.104
Serviços para manutenção e reparos	4.562.302
Serviços especializados	565.731
Utilidade e serviços	3.351.404
Seguros	22.000
Total dos Custos	49.888.915

17 Receitas e (despesas) financeiras

	31.12.2014
Receitas financeiras	
Juros recebidos	166.144
Descontos Obtidos	3.262
Rendimento de aplicações financeiras	20.234.045
Total	20.403.450
Despesas financeiras	
Despesas bancárias	(201)
Multas e juros	(972)
Descontos concedidos	(654)
Total	(1.826)
Resultado financeiro líquido	20.401.624

18 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A via de regra, assim como em todos os negócios, a APPA está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Os objetivos e processos para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, estão listados a seguir:

A APPA possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito; e
Risco de liquidez.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela APPA, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

Caixa e bancos;
Valores a receber; e
Valores a pagar a fornecedores e outros.

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço).

A Empresa não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A APPA não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos, pois não há atualmente uma política para captação de recursos financeiros com terceiros, mediante empréstimos e financiamentos.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, cujo montante do risco do crédito em 31 de dezembro está demonstrada abaixo:

	31.12.2014
Caixa e equivalentes	595.596.930
Valores a receber	115.894.151
	711.491.081

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política da APPA na administração de liquidez é de garantir, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação e crédito da Empresa.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31.12.2014
Fornecedores	1.354.931
	1.354.931

19 Cobertura de Seguros

O montante da cobertura contratada é a seguinte:

Natureza	R\$
Responsabilidade civil	15.000.000
Bens móveis e imóveis	60.000.000

A APPA adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

20 Provisão para litígios e demandas judiciais

A APPA implantou um sistema de controle dos processos, onde foi devidamente catalogada todas as ações judiciais, sejam estes processos de natureza tributária, trabalhista, cível ou contencioso administrativo. A administração acredita, apoiada na opinião do seu departamento jurídico, que ainda nas demonstrações intermediárias do exercício de 2015, a APPA terá tanto a catalogação de todos os processos, bem como, a avaliação individual dos processos de acordo com a NPC 22 (IBRACON) que trata das contingências ativas e passivas, com o fim de possibilitar o reconhecimento contábil e provisionar as ações, cuja análise jurídica, considere perda provável da ação.

Paranaguá (PR), 26 de março de 2014

Glacy do Carmo das Neves
Chefe da DIACON

Luiz Henrique Tessutti Dividino
Diretor Presidente